



CÂMARA MUNICIPAL
NOVA LIMA

Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e três, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Thiago Felipe de Almeida – Presidente, Joselino Santana Dias – Vice-Presidente e Cláudio José de Deus – Secretário. Senhor Presidente: “boa noite a todos. Solicito ao Senhor Secretário a chamada dos vereadores presentes”. Senhor Secretário: “boa noite a todos. Anísio Clemente, Cláudio José, Danúbio de Souza, José Carlos de Oliveira, José Doroteu, Joselino Santana, Juliana Ellen, Silvânio Aguiar, Thiago Felipe, Viviane Gomes”. Constatou-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por nove votos. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Boa noite a todas e a todos. Presidente, por questões pessoais, só para justificar, eu vou me retirar na última parte, de requerimentos. Eu vou ficar até a parte das votações”. Senhor Presidente: “perfeito. Alguma correspondência, Senhor Secretário?”. Senhor Secretário: “não”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 2.244/2023, autoria do vereador Joselino Santana Dias, que “Dá denominação de Tito dos Santos à via pública



que menciona, localizada no Bairro Parque Aurilândia”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou a vereadora Viviane Gomes de Matos como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, em substituição ao autor da proposição. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, pela ordem. Eu ia fazer isso no início da sessão, mas acabei fazendo agora. Boa noite, colegas vereadores. Boa noite, público que nos acompanha de forma presencial, público que nos acompanha de forma remota. Quero apenas, Presidente, deixar registrado aqui o meu carinho, respeito e admiração pelo Diego Garzon que, recentemente, saiu do governo. Para mim é um profissional espetacular, que merece todo o reconhecimento da população nova-limense, porque onde ele está, ele brilha, seja na ação social, seja na secretaria de saúde. E é um nova-limense que ama o povo de Nova Lima, que ama servir à população de Nova Lima. Acredito que é uma grande perda para o Poder Executivo a saída do Diego, mas eu tenho certeza que onde quer que ele esteja, ele vai brilhar e muito, ele vai servir e muito às pessoas, porque ele ama as pessoas, ele ama o que ele faz. E eu acho que eu não poderia perder a oportunidade de deixar registrado, publicamente, esse meu respeito e esse meu carinho pelo profissional e pela pessoa do Diego Garzon. Então, era somente isso que eu queria dizer. Desejar aqui também, publicamente, todo sucesso do mundo ao Diego, uma trajetória espetacular, porque ele merece. E agradecê-lo também por todo trabalho que ele fez para a população de Nova Lima, que ele sempre realizou, seja de agora ou de toda a sua trajetória, agradecê-lo por tanto empenho, por tanto profissionalismo, por tanta transparência, algo inclusive que é raro, infelizmente, por



parte de alguns gestores de alto escalão. E ele sempre foi independente, sempre foi sério, sempre foi um grande, um gigante profissional, o qual eu admiro e respeito muito. Então, deixo aqui a minha manifestação de respeito e de admiração pelo Diego Garzon. Obrigada, Presidente”. Senhor Presidente: “perfeito, vereadora”. 2) Projeto de Lei nº 2.248/2023, autoria do vereador Anísio Clemente Filho, que “Regulamenta a fixação de placas descritivas e informativas em monumentos artísticos, históricos, arquitetônicos e institucionais no Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Cláudio José de Deus como Relator da Comissão de Legislação e Justiça, em substituição ao autor da proposição. 3) Projeto de Lei nº 2.249/2023, autoria do vereador Cláudio José de Deus, que “Institui o Réveillon Gospel no Calendário Oficial do Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 2.250/2023, autoria do Poder Executivo, que “Institui a Política Municipal de Coleta, Tratamento e Reciclagem de Óleos e Gorduras de Origem Vegetal ou Animal”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 2.251/2023, autoria do Poder Executivo, que “Cria o ‘Programa Nova Renda’, Programa de Transferência de Renda Municipal e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente. Boa noite para todos, vereadores, vereadoras. Eu queria pedir ao senhor, Presidente, que consultasse o Plenário se pudesse pôr esse projeto para votar hoje, dispensa de interstícios, pudesse fazer isso para nós”. Vereador Joselino



Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Vereador Boi, como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça e demais, eu gostaria que o projeto tramitasse em cada uma das comissões”. Vereador José Carlos de Oliveira: “tudo bem. Está bem. Obrigado. Desculpa”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte, Zelino?”. Vereador Joselino Santana Dias: “sim, vereadora”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu também só queria concordar com a posição do Zelino, tendo em vista inclusive que eu não tive acesso ao projeto de lei. Ano passado, fiz um requerimento solicitando o Renda Mínima, é uma política pública extremamente importante e necessária, que precisa ser avaliada com todos os cuidados e o tempo necessário para que ela não deixe ninguém para trás. Inclusive quero ver se esse projeto contempla o que eu havia requerido e que foi aprovado aqui, na Câmara, por unanimidade, que era o valor correspondente a 76% do salário mínimo, ou seja, mil reais, que é um valor que eu considero, através de estudos, digno para as pessoas que hoje vivem em situação de vulnerabilidade. Então, eu acho que é necessário todo o tempo que o Zelino sugeriu para que a gente avalie com muita atenção e com todo carinho que esse projeto merece. Obrigada”. Senhor Presidente: “tramitar normal, vereador. Vamos?”. 6) Projeto de Lei nº 2.252/2023, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar repasse financeiro à Caixa Escolar da Escola Estadual Maria Josefina Wardi com o objetivo de realizar reforma e ampliação da referida unidade de ensino”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte? Só comentar o quão importante é o trabalho da mídia que é independente e que ajuda nesse trabalho que eu realizo, de fiscalização das ações do poder público de modo



geral, seja do poder executivo municipal ou até do estadual. Hoje, essa escola foi assunto, foi matéria no MGTV, onde foi denunciada ali a situação em que a escola se encontra. E é graças a esse trabalho, nós estamos vendo o resultado, a prefeitura entrou com um projeto para solucionar uma demanda que foi assunto dessa manifestação, inclusive realizada em frente a essa escola hoje no MGTV. Obrigada, Presidente”. O Projeto de Lei nº 2.252/2023 foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Juliana, só uma dúvida, a que apareceu hoje não foi a de Honório Bicalho? Essa é a da região noroeste, essa é a do Jardim Canadá”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “mas o MGTV falou da... Foi um erro meu, mas o MGTV falou hoje sobre a de Bicalho. Então, assim, quando esse trabalho é realizado, eu acho que a prefeitura entra de uma maneira mais célere para resolver as questões. Inclusive esse repasse já foi realizado para a escola de Bicalho e, infelizmente, a gente não viu nenhum resultado com relação à obra da enchente. Então, obrigada pela correção, vereadora, mas é importante a gente continuar com essa fiscalização, seja ela do executivo municipal, seja ela do executivo estadual. Obrigada”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “sim. Um aparte? Inclusive, hoje, eu estive na Cidade Administrativa, acompanhando alguns processos de conhecimento, e questionamos a questão de Honório Bicalho, coincidentemente no mesmo dia que a emissora esteve aqui, mas uma agenda que estava desde janeiro a minha solicitação. Eu agradeço amplamente o Secretário de Estado que me recebeu com seus assessores. E como que é importante realmente a gente transitar para entender melhor toda essa



consonância da educação estadual. E lá foi importante o nosso diálogo, principalmente porque o secretário estadual quer resolver todas as demandas da escola estadual, inclusive ele trouxe excelentes orientações às diretoras que lá estiveram presentes. E como é bom todos nós ocuparmos esses espaços, porque hoje a Secretaria de Estado é ocupada por um professor efetivo de carreira, conhecedor da realidade da educação estadual. A gente tem hoje também professor de carreira secretário do município de Nova Lima, temos professora de carreira, vereadora no município de Nova Lima. Então, é importante e como é válido essa nossa forma de trabalhar, com diálogo aqui da Câmara, onde todos percebem que a educação tem que ser foco de muito trabalho do Legislativo. Então, que a gente possa fortalecer, porque nós temos uma educação municipal amplamente de investimentos e a gente realmente precisa chegar no Estado. E essas parcerias são importantes, mas a gente realmente precisa acompanhar bem de perto, até para auxiliar na execução com orientações. Então, excelente sua colocação, vereadora Juliana. E foi só mesmo para questão de não ter confusão, porque os nomes das duas escolas são muito parecidos”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “me permite aparte? Obrigada. E o trabalho de fiscalização é isso que você está fazendo, de ir lá e questionar, porque o dinheiro a gente tem aprovado aqui, só que é papel nosso saber se ele está chegando ou não está chegando. E eu acho que é uma alternativa super interessante isso, porque o governo estadual não tem condições de dar conta de 853 municípios, a gente sabe que inclusive viemos de uma crise financeira nos cofres públicos do Estado. E a gente viu inclusive que quando um município faz o repasse para obras estaduais, elas são mais céleres, que foi o



caso, por exemplo, daquela obra bem em frente ao posto policial ali. E aí, agora, a gente está vendo também a do buracão de Santa Rita. Eu acredito que, com essa fiscalização, a gente consegue dar mais celeridade, mas é importante que a gente faça esse trabalho de fiscalização, porque hoje a mídia que é independente fez o trabalho de ouvir as famílias, de ir ao local e ver que hoje o muro se encontra da mesma forma. Fiz uma confusão com relação aos nomes, mas não deixo aqui de manifestar a minha preocupação desse repasse das escolas acontecerem, mas a gente não está vendo ali a concretude desse trabalho de reforma, no caso da de Bicalho. Obrigada, vereadora”. Senhor Presidente: “finalizou? Ao colega, vereadora Viviane, Secretário de Estado, desejo boa sorte, porque a ineficiência do Estado é gigantesca. Então, assim, eu desejo muita boa sorte para ele mesmo e muita boa vontade, que Deus interceda por ele, porque com esse governo aí, está difícil, complicado. Vamos embora”. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “Presidente, só mais um aparte. Lá ficou confirmado que todo recurso que nós, enquanto Câmara, repassamos, já se encontra nas caixas escolares das escolas estaduais. E algumas diretoras inclusive já executaram obra com aquele repasse que foi assinado pela Casa Legislativa”. Senhor Presidente: “feliz do nosso município que consegue aportar recurso para ajudar o Estado. Os municípios que não conseguem que ficam... É triste. E a gente espera que a estrada de Sabará também saia dessa forma, porque metade do recurso o nosso município vai aportar. E a parte de Sabará, se não me engano, o governo do estado vai arcar. Então, pelo menos, até a nossa parte vai estar pronto, o outro eu não sei”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “me dá um aparte, vereador? A gente está falando desses repasses de Estado,



do município, do Estado, além das escolas, além da estrada de Sabará, a gente ainda tem aquele espaço do buracão, onde era a antiga sede da Associação da Guarda. Até aproveitando para cumprimentar aqui o Alexandre, o presidente que está presente. A gente está esperando também essa reforma, teve uma licitação, parece que a empresa ganhadora não fez, e está aquele espaço ali, a rua quase caindo, enfim. A gente está tentando acompanhar também, porque realmente está difícil, são feitos os repasses, mas não tem a conclusão das obras. E ali é uma área que a gente está numa expectativa muito grande que seja construída a sede da Associação da Guarda Civil Municipal, além de ser uma área que a gente ainda tenta contemplar para que possa ajudar as pessoas daquela região, uma área de lazer, enfim. Isso tem que acontecer o mais rápido possível. Está difícil, mesmo”. 7) Projeto de Resolução nº 172/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre autorização para afastamento do Prefeito Municipal de Nova Lima, por prazo superior a 15 (quinze) dias, no período compreendido entre 29/04/2023 e 21/05/2023”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de pedir a dispensa de pareceres e interstícios, e que esse projeto entre em votação ainda na reunião de hoje, por favor”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de pareceres e interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Resolução 172/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre autorização para afastamento do Prefeito Municipal de Nova Lima, por prazo superior a 15 (quinze) dias, no período compreendido entre 29/04/2023 e 21/05/2023”. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam



como estão. Aprovado, oito votos. O Projeto de Resolução nº 172/2023 será votado ainda nesta reunião”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura dos Pareceres:

1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Pedagoga Sra. Izabel Fonseca Simões”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereadora Viviane Gomes de Matos: “pela ordem, Presidente. Solicito dispensa de interstícios e que seja votado, caso os nossos colegas aprovem, em primeira e segunda votação, ainda na noite de hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2023. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2023 será votado ainda nesta reunião”. 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 415/2023, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Confere Medalha de Mérito Cultural Cássio Magnani à pessoa que indica e contém outras providências” – Sr. Emerson Gaspar Trindade Nascimento. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 2.245/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Joaquim Borges. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça; de Serviços Públicos Municipais; e do Meio Ambiente



referente ao Projeto de Lei nº 2.247/2023, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Institui o mês “Abril Laranja” no Calendário Oficial do Município de Nova Lima, voltado à prevenção da crueldade contra os animais”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Presidente, nós estamos na última reunião do mês de abril, eu gostaria de pedir os nobres colegas que pudessem fazer a dispensa de interstícios e fazer a primeira e segunda votação desse projeto, ainda hoje”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e que se faça a votação, ainda nesta reunião, do Projeto de Lei nº 2.247/2023, autoria do vereador Danúbio. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. O Projeto de Lei nº 2.247/2023 será votado ainda nesta reunião”. Dando sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 2.239/2023, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Institui a Semana de Orientação e Prevenção da Gravidez na Adolescência, no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. 2) Projeto de Lei nº 2.242/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Autoriza o Poder Executivo de Nova Lima a criar o Programa Clínica Escola da Pessoa Autista, com o objetivo de incluir as pessoas autistas na Educação Pública Municipal”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 410/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede Medalha de Mérito Cultural Cássio Magnani à pessoa que indica e contém outras



providências” – Sra. Alba Lucinda de Souza. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 4) Projeto de Decreto Legislativo nº 411/2023, autoria dos vereadores Anísio Clemente Filho e Danúbio de Souza Machado, que “Concede Medalha de Mérito Cultural Cássio Magnani ao senhor Cleverson Moreira dos Santos”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 5) Projeto de Decreto Legislativo nº 412/2023, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Concede o Título de Cidadã Honorária à Sra. Rita de Cássia Silveira”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 6) Projeto de Decreto Legislativo nº 413/2023, autoria do vereador José Doroteu Martiniano, que “Concede o Título de Cidadania Honorária ao Sr. Renato da Silva Pinto”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. 7) Projeto de Resolução nº 171/2023, autoria da vereadora Juliana Ellen de Sales, que “Cria, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Lima, a Comissão Permanente em Defesa da Pessoa com Deficiência”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “Presidente, é para registrar publicamente também o meu agradecimento a cada um dos nove vereadores que votaram favorável a esse projeto. Oito, não é? O Presidente não vota nesse, mas eu tenho certeza que se pudesse, votaria favorável também”. Senhor Presidente: “com certeza”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “eu acho que a Casa transformou o mês de abril num marco para a luta em prol da população com transtorno do espectro autista, onde a gente aprovou aqui a Clínica Escola do Autista, é uma política pública muito



interessante. Já disse aqui e em outras ocasiões que eu fui conhecer presencialmente a Clínica de Itaboraí e conversei com a Berenice Piana, que é a mãe da política pública nacional em defesa da população com TEA. Agora também aprovamos a criação da Comissão da Pessoa com Deficiência, porque na oportunidade daquela audiência pública, onde discutimos a vida e os desafios da população com o transtorno do espectro autista, vieram outras pessoas também que pediram para ser acolhidas, como o caso das pessoas com TDAH, entre outras questões. Então, eu acho que através dessa comissão, a gente consegue linkar diversos assuntos e de forma intersetorial, porque muitas vezes a família precisa da ação social, da saúde, da educação, englobar tudo isso para que a política pública seja de fato efetiva. Eu acredito que através dessa comissão, que agora é uma comissão permanente da Casa, a gente vai conseguir aprofundar e aperfeiçoar e muito as políticas para as pessoas com deficiência. Tenho certeza que poderei contar com os vereadores nessa pauta, que vão poder contribuir muito, seja na segurança pública, seja no esporte e lazer, seja na educação, em diversos assuntos. Eu acho que essa Casa tem muito a somar para que as pessoas se sintam, de fato, acolhidas nos espaços públicos inclusive, nas praças, para que esses ambientes sejam acolhedores para todos e todas. Eu acho que é um grande ganho para a sociedade, para Nova Lima, para a gestão do nosso município, essas duas aprovações que terminam, finalizam o mês, que é o mês de conscientização das pessoas com transtorno do espectro autista. Então, fica aqui, mais uma vez, o meu agradecimento a cada um dos vereadores, aguardando a sanção do prefeito, para que juntos, a gente possa construir uma cidade cada vez mais inclusiva.



Obrigada, Presidente”. Senhor Presidente: “parabéns, vereadora”. 8) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2023, autoria da vereadora Viviane Gomes de Matos, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Nova Lima à Pedagoga Sra. Izabel Fonseca Simões”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Decreto Legislativo nº 414/2023 à promulgação”. 9) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Resolução nº 172/2023, autoria do vereador Thiago Felipe de Almeida, que “Dispõe sobre autorização para afastamento do Prefeito Municipal de Nova Lima, por prazo superior a 15 (quinze) dias, no período compreendido entre 29/04/2023 e 21/05/2023”. Em primeira e única votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Resolução nº 172/2023 à promulgação”. 10) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 2.247/2023, autoria do vereador Danúbio de Souza Machado, que “Institui o mês “Abril Laranja” no Calendário Oficial do Município de Nova Lima, voltado à prevenção da crueldade contra os animais”. Em primeira votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Em segunda e última votação. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Encaminho o Projeto de Lei nº 2.247/2023 à sanção”. Vereador Danúbio de Souza Machado: “pela ordem, Presidente. Só pedir licença mesmo a todos. Desejo um bom final



de reunião a todos vocês. Obrigado”. Vereador Anísio Clemente Filho: “pela ordem, Presidente. Pedir licença à Mesa, pedir licença aos pares para me retirar. Um probleminha de saúde, mas rapidinho estamos aí. Está bom? Um abraço”. Senhor Presidente: “correto, Presidente. Um abraço. Audiência pública, quinta, do senhor”. Vereador Anísio Clemente Filho: “é. Aproveitando, pedir a vocês, pedir ao público que nos assiste, que é um assunto muito relevante, que diz respeito principalmente ao centro de Nova Lima, em relação à invasão de pessoas de fora que está acontecendo aqui dentro. Então, essa audiência pública vai ser de muita importância, para nós acharmos uma solução. Não é uma audiência para jogar pedra em ninguém, é uma audiência para a gente achar uma solução, poder público, Poder Legislativo, Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, Polícia Civil e a sociedade. Principalmente convocar os bairros que são mais impactados para comparecerem, para a gente sair daqui com uma solução viável para esse sério problema, para Nova Lima não se tornar uma região, um bairro com Cracolândia”. Senhor Presidente: “perfeito, Senhor Presidente”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Aatoria da vereadora Viviane Gomes de Matos: Requer ao Poder Executivo a realização de construção de duas bocas de lobo para captação de água pluvial na Travessa Maria Andreza Alves, no Bairro Cabeceiras. Aprovado, sete votos. 2) Aatoria do vereador Cláudio José de Deus: Requer ao Prefeito Municipal apoio na comemoração das festividades de aniversário do glorioso Villa Nova A. C., que completará cento e quinze anos em 28/06/2023. Aprovado, oito votos. 3) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal que seja



promovida a troca de todas as lâmpadas queimadas do trecho da BR 040, compreendido entre o Viaduto da Mutuca e o Condomínio Alphaville. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “próximo, Senhor Secretário”. Senhor Secretário: “acabou”. Senhor Presidente: “acabou? Algum verbal? Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “o meu é muito simples. Eu fiz essa emenda inclusive na LOA, foi aprovada aqui, mas foi infelizmente vetada pelo prefeito e aí caiu a sugestão. Mas eu vou encaminhar novamente, via requerimento, porque eu acho que é uma demanda necessária, que é a reforma da UBS de Macacos. É simplesmente isso, solicitar ao Poder Executivo que faça a reforma da UBS de Macacos. Obrigada, Presidente”. Senhor Presidente: “importante”. Requerimento aprovado por oito votos. Senhor Presidente: “Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores, vige em nosso município a Portaria de número 10, que estabelece parâmetros, prazos e processos administrativos concernentes à execução do Programa Vale Atleta Municipal, instituído pela Lei 2.834/2021. Quero fazer uma Indicação de alteração à referida lei. O artigo 2º dessa lei passará a ter seguinte redação: Art. 2º. O Programa de que trata essa lei consistirá na disponibilização de cartão de ônibus municipal e intermunicipal ao atleta ou para atleta não profissional, constituído em passagens de ida e volta por dia de treinamento. Os demais artigos e dispositivos permanecerão inalterados. Justificativa. Senhoras e senhores vereadores, esse Programa hoje contempla apenas três atletas do nosso município, ao passo que muitos atletas de regiões, como Jardim Canadá e Água Limpa, por exemplo, se veem impossibilitados do uso do benefício por questão de a lei contemplar apenas o



transporte intermunicipal. Com essa alteração, que pouco afetará o erário, vários atletas poderão se beneficiar, melhorando o nível desses esportistas em nossa cidade. Por todo o exposto, solicito aprovação de meus pares. Só para que as pessoas entendam, Senhor Presidente, a gente tem uma Portaria que disponibiliza transporte para os atletas da nossa cidade, só que para Belo Horizonte. É lógico que tem todo um regramento para isso, mas para Belo Horizonte. Hoje, só três atletas usam os benefícios dessa lei, ao passo que a gente tem pessoas de regiões mais distantes, eu citei aqui Jardim Canadá, mas poderíamos falar de Santa Rita, de Honório Bicalho. Esse transporte desses atletas para treinamento aqui, dentro da cidade, é importante. Então, essa alteração pequena na lei, eu acho que vai contemplar um número bem maior de pessoas. É só esse o meu requerimento. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Aprovado, oito votos. Vereador Joselino Santana Dias: “pela ordem, Presidente. Devido aos comentários que tiveram anteriormente, na reunião, sobre a questão de Estado. Eu recebi uma mensagem agora, onde eu vou fazer um requerimento ao Poder Executivo, que comunique à secretaria competente ou aos órgãos competentes, que faça uma fiscalização naquela obra, na MG-030, após a Barreira, aquela obra que foi feita de frente ao condomínio ali, indo daqui para Belo Horizonte, após a Barreira, aquela obra de contenção que foi feita na MG-030. Isso, próximo ao posto de gasolina. Onde eu acabei de receber aqui, me relataram que aquela obra já se encontra com uma fissura, algo dessa forma que praticamente condena a obra. Dessa forma, acredito eu que tem um prazo, tem algum tipo de garantia esse serviço, de tal forma que o órgão competente vá ao local averiguar, caso tenha realmente algo para condenar essa



obra, que seja feito algo antes que acabe a garantia da obra pela empresa que fez. Esse é meu requerimento”. Senhor Presidente: “perfeito, vereador”. Requerimento aprovado por oito votos. Senhor Presidente: “mais algum? Quarta parte, apresentação de oradores inscritos, a senhora Juliana”. Vereadora Juliana Ellen de Sales: “boa noite. Eu quis solicitar esse momento aqui para escancarar, mais uma vez, um dos motivos para eu fiscalizar a obra milionária e sem nenhuma previsão de conclusão, que é duplicação da MG-030. E eu quero começar esclarecendo uma coisa, vereador não faz obra, vereador fiscaliza e cobra de quem faz. E, nesse caso, é a prefeitura. Eu estou aqui cumprindo o papel de denunciar, mais uma vez, uma obra “muito mal planejada, que gera impactos profundos e que ainda precisou de uma auditoria para constatar as falhas” que já estavam escancaradas desde o início. E eu abro aspas nessa fala porque essa frase não é minha, essa foi a fala do prefeito, no início do mês, em um programa de televisão. Já são quase 700 dias sem nenhuma previsão de conclusão dessa obra. Para uma obra que começou inclusive em junho de 2021. E só no mês de abril, tivemos quatro acidentes no trecho, todos eles por falta de sinalização e iluminação, por falta de segurança. Eu quero inclusive registrar que um desses acidentes foi a minha mãe. Então, vocês não imaginam o desespero que é você sair da Câmara Municipal e receber uma ligação de um parente seu desesperado porque se acidentou e que uma pessoa quebrou a clavícula, quebrou a coluna, quebrou a bacia. As pessoas estão correndo risco de vida ao transitarem por ali. A minha mãe passou por uma situação dessas esse mês, gente. Quatro acidentes em um único mês, no mesmo trecho. Algo aqui não está certo e a gente sabe disso. Será que somente quando



acontecer com algum familiar, que os órgãos competentes vão se alertar a isso? Que a Prefeitura vai realizar a conclusão dessa obra e ter a transparência quando a gente solicita? Eu estou aqui cumprindo o meu papel de fiscalizar. Solicitei acesso aos documentos dessa obra inclusive em 2022, via judicial, porque por algum motivo infelizmente que ainda nós não sabemos, a prefeitura vem omitindo todos os detalhes dessa obra. E eu questiono, mais uma vez, porque essa falta de transparência? Que caixa preta é essa que eu vou precisar abrir? Felizmente eu estou no caminho certo e, ontem, o Ministério Público de Minas Gerais deu parecer favorável à minha ação, entendendo que é ilegal a Prefeitura não fornecer toda a documentação que envolve a obra da MG-030. Eu digo que não é fácil ser oposição nessa Casa, mais uma vez e após essa decisão, eu volto para casa com a consciência tranquila de que eu estou cumprindo o meu papel, como funcionária do povo e não como funcionária do prefeito. Muito obrigada. Uma ótima noite a todos”.
Senhor Presidente: “agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Boa noite”.
